



ESCOLA
PROFISSIONAL
DE IMAGEM

REGULAMENTO

PAP - PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL

Prova de Aptidão Profissional (PAP)

Regulamento

ARTIGO 1º

Enquadramento Legal

1. A Prova de Aptidão Profissional, abreviadamente designada por PAP, faz parte integrante de todos os cursos profissionais de acordo com o Decreto-lei 92/2014, de 20 de Junho.
2. É regulada pelo Decreto-lei 55 / 2018, de 6 de Julho, pela Portaria 235-A / 2018 de 23 de Agosto , pelo Regulamento Interno da EPI e pelas disposições constantes neste regulamento.
3. A PAP dos cursos ministrados na Escola Profissional de Imagem, rege-se ainda pelo regulamento específico de cada curso, que se consideram parte integrante do presente Regulamento.

ARTIGO 2º

Definição

PAP consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de conhecimentos, aptidões, atitudes e competências profissionais adquiridos ao longo do percurso formativo do aluno, em todas as componentes de formação, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e no perfil profissional associado à respetiva qualificação.

ARTIGO 3º

Âmbito e Objetivos

1. A Prova de Aptidão Profissional faz parte integrante do curso e é realizada pelos alunos no 3º ano devendo assumir uma natureza de projeto transdisciplinar integrador de todos os saberes e capacidades.
2. Consoante a natureza dos cursos, a PAP consiste na realização, apresentação e defesa perante um júri de:
 - a) Um projeto consubstanciado num produto material ou intelectual
 - b) Uma intervenção
 - c) Uma atuação

3. A PAP deve ser encarada como estruturante do futuro profissional do jovem na medida em que deve:
 - a) Resultar num produto tecnicamente relevante, pela sua utilidade criatividade e qualidade;
 - b) Constituir um produto acabado ou demonstrativo e passível de aplicação.
 - c) Permitir demonstrar a perceção e preparação do aluno para as necessidades concretas do exercício profissional na área onde se integrará;
 - d) Fomentar a criatividade, a autonomia, a inovação, o espírito de iniciativa, a responsabilidade e a capacidade de relacionamento, em todas as fases do processo.
 - e) Funcionar como uma oportunidade de demonstrar aos potenciais empregadores a capacidade do aluno para um desempenho profissional rigoroso e certificar o seu grau de conhecimento técnico.
4. O Projeto de PAP é realizado, apresentado e defendido individualmente.
5. Tendo em conta a natureza do projeto, poderá o mesmo ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual específica de cada um dos membros da equipa.
6. O projeto será obrigatoriamente acompanhado por um, ou mais professores da componente técnica.
7. A Escola pode definir anualmente um “Tema” genérico, no qual os projetos terão, obrigatoriamente, de se inserir.
8. Todos os trabalhos terão de apresentar o logótipo da Escola.
9. Todos os produtos resultantes do trabalho desenvolvido no âmbito da PAP são propriedade da Escola e do Aluno e, sendo a sua utilização regulada pelo estipulado no Regulamento Interno.

ARTIGO 4º

Condições de Acesso

1. É condição necessária para a realização e apresentação da PAP que o aluno esteja matriculado no 3º ano do curso que frequenta.
2. Só serão admitidos a Júri de PAP os alunos com 90% dos módulos concluídos.

ARTIGO 5º

Fases do Projeto

Respeitando o estabelecido na legislação aplicável e já referida, a PAP na EPI desenvolver-se-á nas seguintes fases:

- a) Conceção / Anteprojecto
- b) Desenvolvimento do projeto
- c) Apresentação Pública de Projeto e Relatório Final

ARTIGO 6º**Conceção / Anteprojeto**

1. O Anteprojeto é individual.
2. O Anteprojeto é a entrega de documentação de apresentação do projeto, que inclui, nomeadamente:
 - a) Apresentação da ideia
 - b) Fundamentação do projeto
 - c) Resumo em inglês
 - d) Objetivos a atingir
 - e) Atividades a desenvolver
 - f) Locais das atividades
 - g) Autorizações necessárias ao desenvolvimento do projeto
 - h) Estimativa de custos e modelo de financiamento
 - i) Equipa de trabalho
3. O anteprojeto é entregue na Secretaria Pedagógica no final do 2º ano do curso, em data designada no calendário letivo.
4. Após a receção dos Anteprojetos a Coordenação Pedagógica agendará apresentação pública dos anteprojetos de acordo com o definido em calendário letivo.
5. O Júri de avaliação da apresentação pública dos Anteprojetos terá obrigatoriamente na sua composição, além do Coordenador, um professor da componente técnica
6. A avaliação final do Anteprojeto será expressa na escala de 0 a 20 valores e será o resultado da média ponderada às décimas, do documento apresentado e a avaliação da apresentação de acordo com o regulamento específico do curso.
7. A avaliação final do anteprojeto será registada no modelo próprio.
8. O anteprojeto pode ser recusado, sendo motivo de recusa, nomeadamente:
 - a) Não estar de acordo com os objetivos definidos para cada curso;
 - b) Não ser exequível em termos técnicos / práticos;
 - c) Não ser exequível em termos financeiros;
 - d) Impossibilitar a entrega do projeto na data definida;
 - e) Envolver meios técnicos e logísticos não existentes na Escola
9. Em caso de recusa do anteprojeto, esta deve ser comunicada ao aluno após a apresentação pública, e o aluno terá de apresentar novo anteprojeto num prazo de 15 dias.
10. A não entrega do anteprojeto no prazo estipulado, leva o aluno a averbar uma avaliação por F e cumprir o processo indicado no ponto anterior aplicando-se a regra geral de recuperação modular com limite na classificação.

11. Nos casos em que a PAP será realizada em equipa, serão selecionados os anteprojetos para desenvolver e criadas as equipas para cada um deles.
12. Cada curso terá regulamentação própria para a entrega e avaliação do anteprojecto de acordo com as especificidades.

ARTIGO 7º

Desenvolvimento do Projeto

1. Cada projeto será calendarizado em todas as suas fases de execução, nomeadamente as reuniões de acompanhamento e de avaliação intermédia.
2. O projeto é o desenvolvimento do anteprojecto apresentado e avaliado.
3. A alteração ao anteprojecto inicial implica a penalização da classificação do anteprojecto de acordo com o estabelecido.
4. O modelo de acompanhamento dos projetos será definido pela escola e de acordo com a especificidade de cada um dos cursos, mas sendo sempre um professor da componente técnica.
5. O aluno é responsável por realizar a sua autoavaliação nos momentos programados e em ficha própria
6. O professor responsável pelo acompanhamento efetuará as avaliações intermédias, inscrevendo-as em ficha própria e com incidência na avaliação final do projeto.
7. O trabalho final será acompanhado de um relatório de projeto e de um relatório por aluno, que integre, nomeadamente:
 - a) Anteprojecto aprovado;
 - b) Justificação crítica acerca da diferença entre o anteprojecto e o projeto final;
 - c) Fundamentação da escolha do projeto;
 - d) Memória descritiva / resumo do projeto em Português e em Inglês;
 - e) Dificuldades encontradas no desenvolvimento e concretização do projeto e as formas de as superar;
 - f) As fichas de avaliação intermédia e de autoavaliação das diferentes fases do projeto;
 - g) Fichas de acompanhamento do projeto;
 - h) Documentos ilustrativos da execução do projeto
8. A composição do relatório poderá ser adaptada de acordo com a especificidade do curso e do projeto.
9. Os trabalhos finais são entregues até às 18.00 horas do dia estipulado em calendário escolar.
10. A não entrega do projeto no prazo estipulado é considerada para todos os efeitos como avaliação por excesso de faltas (F) e obriga a apresentação em época especial.
11. A alteração do anteprojecto inicial carece de autorização por parte da Coordenação Pedagógica do curso e do professor responsável pelo acompanhamento e obriga à apresentação de todos os elementos, com as consequências previstas na avaliação final.

12. Além do produto final do projeto, terá de ser entregue a apresentação do produto final em suporte digital para divulgação do mesmo.
13. De acordo com as especificidades de cada curso, poderá haver normas acrescidas e exigências específicas a ter em consideração.
14. A avaliação da fase de desenvolvimento / acompanhamento do Projeto incidirá sobre o acompanhamento e desenvolvimento do projeto, apresentação física do produto final e relatórios finais, sendo da responsabilidade da Coordenação e da equipa de acompanhamento de projeto.
15. A avaliação da fase de desenvolvimento do projeto será expressa na escala de 0 a 20 valores arredondada às décimas.
16. São elementos de avaliação, nomeadamente:
 - a) Cumprimento da calendarização do projeto
 - b) Cumprimento da planificação e objetivos
 - c) Cumprimento do processo de acompanhamento
 - d) Desempenho do aluno durante a realização do projeto
 - e) Verificação e análise do preenchimento dos impressos de acompanhamento;
 - f) Análise do relatório do projeto;
 - g) Verificação da memória descritiva dos trabalhos técnicos;
 - h) Verificação e análise do Dossier de apresentação / produção;
 - i) Análise à pertinência, criatividade e qualidade;
17. Após parecer do professor responsável pelo acompanhamento e do Coordenador Pedagógico do curso, poderá ser proposta à Direção Pedagógica a decisão de exclusão da apresentação do projeto ao Júri em virtude do mesmo não reunir as condições exigidas, nomeadamente por falta de qualidade do produto final ou falta de acompanhamento na execução do projeto, entre outras.
18. Esta decisão obriga o aluno a apresentação em 2.ª época em recuperação (R).

ARTIGO 8º

Avaliação do Júri e Apresentação Pública do Projeto

1. A avaliação do Júri integra dois momentos:
 - a) A avaliação física do projeto, nomeadamente, do produto e documentação
 - b) Apresentação e defesa pública do projeto
2. Os dois momentos de avaliação do Júri poderão ser em datas distintas de acordo com a especificidade de cada curso.
3. A composição do Júri poderá ser diferente em cada um dos momentos de acordo com a competência de cada um dos seus membros.

4. A apresentação pública da PAP tem a duração referência de 60 minutos e o aluno só poderá ser questionado sobre matérias relacionadas com a sua prova.
5. A apresentação pública dos projetos deverá decorrer até ao final do ano letivo em data a designar anualmente no calendário letivo.
6. Os alunos que não apresentem trabalho perante o Júri serão reprovados por excesso de faltas (F) realizando a apresentação do trabalho em época especial, se justificado, será considerado (R).
7. Após a entrega do Projeto Final será convocada reunião de avaliação do Júri, a incidir nos elementos das alíneas c); d); e); f) do nº. 11. Esta avaliação será 65 % da classificação do Júri.
8. A Avaliação da Apresentação Pública incide nas alíneas a); b); d); f) do nº. 11. Esta avaliação será 35 % da classificação do Júri.
9. Cada elemento do Júri profere comentário qualitativo e avalia o trabalho numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, arredondado às décimas.
10. A classificação final do Júri é o resultado da média ponderada dos dois momentos de avaliação Júri, arredondado às décimas.
11. São elementos de avaliação, nomeadamente:
 - a) Apresentação do trabalho por parte do aluno perante o Júri;
 - b) Defesa oral do trabalho por parte do aluno perante o Júri;
 - c) O produto final do trabalho;
 - d) A originalidade, a criatividade e a qualidade;
 - e) O rigor e a qualidade tecnológicos e científicos demonstrados no trabalho, enquanto produto final;
 - f) Critérios específicos do curso.

ARTIGO 9º

Avaliação

1. Consideram-se aprovados na Prova de Aptidão Profissional os alunos que obtenham uma classificação igual ou superior a 10 (dez) valores, na escala de 0 (zero) a 20 (vinte).
2. A classificação final integra o resultado das 3 fases do projeto de acordo com a seguinte fórmula:
 3. $CFPAP = (0,15 \times A) + (0,25 \times B) + (0,6 \times C)$ em que:

CFPAP – Classificação final PAP

A – Classificação do Anteprojeto

B – Classificação do Desenvolvimento do projeto

C – Classificação da Apresentação
4. A classificação inferior a 10 (dez) valores na avaliação do Júri, impede o aluno de ter avaliação positiva na PAP.

5. A classificação do anteprojeto terá a penalização de 50% ou 100% em caso de alteração parcial ou total no desenvolvimento do projeto.
6. Os alunos que não obtenham aproveitamento serão remetidos para recuperação (R) realizando a apresentação do trabalho reformulado em época especial.
7. A classificação obtida na Prova de Aptidão Profissional é parte integrante da classificação final do curso, de acordo com a legislação aplicável.
8. No caso dos formandos que realizem a PAP sem terem concluído com aproveitamento todos os módulos das disciplinas/áreas que integram o Plano Curricular, a classificação final da PAP só será validada quando o formando obtiver aproveitamento em todos esses módulos.
9. Da decisão do Júri não cabe recurso.

ARTIGO 10º

Recuperação

1. Os alunos que não tenham atingido os objetivos por (R) ou (F) terão de proceder à apresentação da PAP em época especial.
2. Os trabalhos serão entregues até às 18.00 horas na data estabelecida em calendário letivo.
3. O aluno apresenta o trabalho que desenvolveu para a PAP em 1ª época com melhorias.
4. O aluno pode apresentar um novo projeto desde que cumpra as 3 fases da PAP.
5. Em ambas as situações o acompanhamento é da responsabilidade do Coordenador de curso.
6. O cálculo da avaliação final da PAP obedece à mesma fórmula da 1ª época.
7. A classificação obtida em apresentação de 2ª época ou posteriores, estará sujeita a um valor máximo, diferenciado de acordo com a classificação anterior (R) 14 (catorze) valores ou (F) 11 (onze) valores.
8. A realização da PAP em época especial obriga ao pagamento de inscrição.

ARTIGO 11º

Melhoria de Classificação

Como salvaguarda de transparência e estabilidade do processo de certificação, após a deliberação do Júri não é permitida a possibilidade de melhoria da classificação final de PAP.

ARTIGO 12º**Intervenientes**

1. São intervenientes diretos no processo de realização da PAP o aluno, o coordenador de curso, os professores acompanhantes e os elementos do Júri.
2. São igualmente intervenientes, embora não diretamente, a Direção Pedagógica, o Orientador Educativo, os restantes docentes da turma no âmbito das suas competências disciplinares e as entidades envolvidas na elaboração do projeto.

ARTIGO 13º**Aluno**

1. O Aluno tem o direito:
 - a) A ser apoiado e orientado pelos intervenientes definidos neste regulamento;
 - b) A utilizar os recursos disponibilizados pela escola para a concretização do seu projeto;
 - c) A uma avaliação justa e imparcial;
 - d) A ver reconhecido e valorizado o mérito, a dedicação e o esforço no desenvolvimento da PAP;
2. Compete a cada aluno:
 - a) Conceber, realizar, avaliar e defender o seu projeto, em estreita ligação com o perfil de saída do seu curso com a orientação e acompanhamento do coordenador de curso e do professor acompanhante
 - b) Cumprir, no que lhe compete, a calendarização estipulada para a realização do projeto;
 - c) Mostrar empenho, criatividade e autonomia na concretização de todo o desenvolvimento do projeto;
 - d) Dirigir-se ao professor acompanhante do projeto para que, em conjunto, definam estratégias de desenvolvimento do mesmo;
 - e) Elaborar os relatórios e a documentação necessária de acordo com a planificação do projeto;
 - f) Ser capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos no curso;
 - g) Comparecer obrigatoriamente nas sessões de acompanhamento e trabalho agendadas pelo Coordenador ou professor acompanhante;
 - h) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito da PAP;
 - i) Apresentar o seu projeto perante um Júri;
 - j) Realizar a autoavaliação;
 - k) Cumprir toda a regulamentação da PAP e da vida escolar de acordo com o Regulamento Interno da Escola.

ARTIGO 14º

Coordenador Pedagógico

Cabe ao Coordenador pedagógico as funções de coordenação do projeto PAP, nomeadamente:

1. Elaborar e propor a aprovação do regulamento específico da PAP para o curso do qual é coordenador;
2. Assumir-se como elo de ligação entre os vários projetos do seu curso;
3. Receber os anteprojetos e agendar a apresentação pública dos mesmos
4. Avaliar os anteprojetos e comunicar aos alunos a decisão
5. Fornecer ao aluno o regulamento e todas as informações necessárias ao correto desenvolvimento do projeto;
6. Elaborar com os professores acompanhantes a calendarização do todo o processo de realização da PAP de acordo com o calendário letivo
7. Promover reuniões periódicas com os alunos e/ou com os docentes implicados, de forma a assegurar um correto desenvolvimento do processo;
8. Garantir os meios necessários ao normal desenvolvimento do processo;
9. Coordenar o processo de avaliação da PAP em todas as suas etapas e momentos constituintes, fazendo cumprir a calendarização estabelecida;
10. Receber, dos professores acompanhantes toda a documentação necessária para avaliação do projeto;
11. Manter o diretor pedagógico devidamente informado do desenvolvimento dos projetos de PAP
12. Decidir se o produto e o relatório estão em condições de serem presentes ao júri;
13. Integra o júri de avaliação dos projetos dos alunos do curso de que é coordenador

ARTIGO 15º

Professor Acompanhante Projeto

No âmbito do processo de acompanhamento do projeto PAP cabe ao Professor Acompanhante as seguintes tarefas, nomeadamente:

1. Colaborar com o Coordenador de Curso no processo de desenvolvimento do projeto da PAP;
2. Coordenar, planificar e acompanhar as várias etapas de elaboração da PAP;
3. Fornecer ao aluno os contributos e as metodologias necessárias ao correto desenvolvimento do projeto;
4. Supervisionar a capacidade técnica do aluno na realização do projeto PAP;
5. Proceder às avaliações intermédias, devidamente registadas;
6. Proceder às reuniões de acompanhamento efetuando o respetivo registo;
7. Manter o Coordenador de Curso e a Direção Pedagógica devidamente informados do desenvolvimento do projeto;

8. Apoiar e orientar o aluno nas várias etapas do projeto, reunindo com ele periodicamente de acordo com o calendário definido;
9. Recolher e registar todos os elementos de avaliação ao longo das diferentes fases do projeto, realizando uma avaliação contínua eminentemente formativa;
10. Elaborar um relatório intermédio e, no final do projeto, um parecer escrito, onde constem todas as informações consideradas pertinentes para a avaliação;
11. Decidir se o produto e o relatório estão em condições de serem presentes ao júri;
12. Lançar a classificação das diversas fases do Projeto na respetiva pauta
13. Integra o júri de avaliação do projeto pelo qual é responsável.

ARTIGO 16º

Júri da PAP

1. O Júri da PAP é nomeado pela Direção Pedagógica da Escola Profissional de Imagem
2. Esse Júri terá a seguinte composição:
 - a) O Diretor Pedagógico da Escola, ou seu representante, que preside.
 - b) O Coordenador Pedagógico do curso
 - c) O Orientador Educativo da turma.
 - d) O professor acompanhante do projeto.
 - e) Um representante das associações empresariais ou das empresas de setores afins ao curso.
 - f) Um representante das associações sindicais dos setores de atividade afins ao curso.
 - g) Uma personalidade de reconhecido mérito na área da formação profissional ou dos setores de atividade afins ao curso.
3. Para deliberar, o júri de avaliação necessita da presença de pelo menos quatro elementos estando entre estes:
 - a) O elemento a que se refere a alínea a)
 - b) Dois dos elementos a que se referem as alíneas e) a g)
4. De acordo com o presente regulamento a constituição do Júri em cada uma das fases de avaliação, pode ser diferente entre si, mas salvaguardando sempre o disposto no número anterior.
5. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente é substituído pelo seu substituto legal previsto nos termos do estatuto ou por quem ele nomear.

ARTIGO 17º**Calendarização**

As datas estabelecidas para as atividades da PAP serão integradas no calendário letivo estabelecido anualmente.

ARTIGO 18º**Omissões**

Todos os casos omissos neste regulamento serão decididos pela Direção Pedagógica.

ARTIGO 19º**Aplicação**

Este regulamento aplica-se aos ciclos de formação com início em 2017 ou posterior e adapta-se aos restantes.

ARTIGO 20º**Norma Final**

Este regulamento pode ser alterado pela EPI – Escola Profissional de Imagem, sem qualquer aviso prévio, de acordo com as necessidades, dando conhecimento das alterações a todos os interessados através dos canais de comunicação em uso na Escola.